



I Grupo Parlamentar I



## **Plano e Orçamento 2019** **António Lima | Intervenção final**

O Bloco de Esquerda tem uma visão objectiva e clara das consequências terrivelmente nefastas que um passado colonial, imposto aos Açores, teve no seu atraso estrutural.

Esse atraso, que apesar dos avanços importantes protagonizados pela Autonomia, que só foi possível com a democracia, repercute-se ainda na nossa vida: na economia, nas estruturas sociais, na educação e em muitas outras áreas.

Reconhecemos o peso desse lastro na nossa vida colectiva, mas também defendemos, sem hesitações, que passos mais largos podiam ser dados e que o passado não explica tudo.

Todos os estudos apontam que os Açores são a Região do país onde as desigualdades sociais são maiores.

Quer isto dizer que é na nossa Região que a distribuição de riqueza é mais desigual. Na esmagadora maioria dos índices de desenvolvimento social a nossa Região está invariavelmente no fundo da tabela.

Esta realidade, infelizmente, não é só estatística, ela é reflexo da vida das pessoas.

São estas vidas que encarnam os números das estatísticas. Elas clamam por mudanças, exigem outras práticas e o desbravar de caminhos que alterem o rumo seguido até aqui.

É urgente mudar de política! E mudar de política é, no imediato, pôr fim à política do Partido Socialista que transfere os recursos públicos - cada vez mais - para os mais poderosos. Quem perde é a maioria da população.

Tem sido esta a luta do Bloco de Esquerda. Fazendo juz ao nosso lema de estar sempre com quem trabalha e com os mais desfavorecidos, neste orçamento, não faltamos à chamada!



I Grupo Parlamentar I



Apresentamos diversas propostas de alteração ao orçamento para começar a estancar esta transferência de recursos públicos. Mas infelizmente o Partido Socialista e o Governo Regional não aceitam, qualquer proposta central do Bloco de Esquerda.

O Governo e o PS não querem que o tribunal de contas realize uma auditoria ao contratos das SCUTS para avaliar a rentabilidade que é auferida pelo sector financeiro e por grandes empresas.

De que tem medo o governo?

Concessionar o porto da Praia da Vitória, é um erro económico danoso para os interesses regionais. Ao contrário do Governo defendemos o investimento público e, conseqüentemente, que as mais valias desse investimento sejam também elas públicas.

Não podemos repetir o erro da privatização da EDA! Só este ano um grupo privado recebeu em dividendos 7 milhões de euros. Esse dinheiro faz falta e podia ser utilizado em investimento público nas mais diversas áreas.

Privatizar a SATA Internacional é retirar à Região a condução estratégica da empresa e retirar das mãos públicas um poderoso instrumento de intervenção económica.

Mas a cedência à gula dos poderosos não se estende só à nossas empresas públicas, ela existe e avança também sobre os serviços públicos.

?Como se explica que seja o erário público a financiar estabelecimentos de educação privados que vão concorrer com o sistema público de educação?

?Como se explica que, na saúde, esse financiamento ao setor privado seja ainda mais forte e assumido?

E não contente com estas benesses, é o próprio governo que ainda presenteia estes sectores com generosos benefícios fiscais, depauperando as finanças públicas e cerceando a capacidade de investir no serviço regional de saúde.

Os níveis de investimento do plano na saúde são baixíssimos, medíocres. Mas esse facto tem explicação.



I Grupo Parlamentar I



Se o governo regional patrocina um Hospital privado que já tem garantido chorudos benefícios fiscais, então não se investe no setor público para criar as condições que permitem a rentabilidade do negócio da saúde privada. O mesmo acontece e da mesma forma com os meios complementares de diagnóstico.

O Bloco de Esquerda apresenta propostas que visam tão só a defesa de sectores e serviços públicos para que estes sejam colocados ao serviço dos açorianos e açorianas. Para impedir que os serviços públicos sirvam para alimentar os bolsos dos mais poderosos!

Este conjunto de propostas do Bloco é liminarmente rejeitado pelo Governo e pelo Partido Socialista.

Existem muitas áreas de investimento possíveis nos Açores. Defendemos por muitas e variadas razões, até pela geografia, uma política de apoios ao investimento privado.

Mas isso não pode ser feito à custa dos serviços público!

Num momento em que a economia vai bem, em que o PIB cresce e os lucros das empresas aumentam; Numa altura em que as transferências do orçamento de estado sobem e que as finanças regionais estão bem e até são dadas como exemplo, só nos podemos congratular.

O Bloco de Esquerda considera que existem todas as condições para que milhares e milhares de açorianos e açorianas beneficiem também do bom momento da economia colhendo os frutos desse tempo e não fiquem, incrédulos e estupefactos, só e apenas com as migalhas.

O facto da esquerda na República condicionar as políticas do governo de António Costa é determinante para a melhoria das condições de vida que as famílias e empresas têm sentido.

O aumento do salário mínimo em quatro anos consecutivos, e que em Janeiro terá novo aumento, tem sido uma mais valia para muitas famílias!



I Grupo Parlamentar I



Neste contexto económico, defendemos que o governo regional podia e devia dar o seu contributo para a melhoria concreta da vida dos açorianos e açorianas. Por isso propusemos:

No IRS o alargamento do diferencial fiscal de 30% até ao 4º escalão; o aumento da remuneração complementar em 10%; o aumento do cheque pequenino em 15 euros por mês para quem tem reformas abaixo do salário mínimo; a gratuidade das creches, para famílias até ao 4º escalão, entre outras medidas

Mas todas estas medidas são rejeitadas pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional.

As propostas do Bloco de Esquerda são claras e exequíveis. Elas apontam um caminho de maior justiça social, retirando um pouco dos privilégios aos que mais têm para distribuir por quem mais precisa, atacando assim as desigualdades sociais.

A precariedade é uma chaga social de enorme dimensão. Milhares de açorianos e açorianas têm as suas vidas suspensas. É uma dura realidade que não é possível ignorar!

Este problema é tão evidente que obrigou vários dirigentes do PS, ao longo deste ano, a referirem-se a ele. Mesmo o próprio presidente do governo regional não pôde deixar de dedicar parte importante do seu discurso do dia da região ao flagelo da precariedade.

Mas para além das palavras, não de concreto foi apresentado.

Uma vez mais o Bloco não falta à chamada na luta contra a precariedade e já apresentou nesta Assembleia uma proposta de adaptação do PREVPAP à Região para combater a precariedade nas escolas, nos hospitais, na RIAC, na Rede Valorizar. Em suma, a precariedade nos serviços públicos.

Apresentamos ainda outra proposta que obriga as empresas apoiadas por dinheiros públicos a terem nos seus quadros 75% dos trabalhadores com contratos sem termo, sendo esse valor reduzido para 50% no caso das microempresas.



I Grupo Parlamentar I



Mas também em sede de orçamento propomos a integração dos professores contratados com mais de 3 anos de serviço. Noutra proposta, desenhamos uma medida que obriga as empresa que concorrem a concursos públicos com preço base acima de 1 milhão a terem nos seus quadros, pelo menos 50% dos trabalhadores com contratos sem termo.

Perante a precariedade e a luta de quem exige estabilidade nas suas vidas, o Partido Socialista vem dar uma resposta no mínimo escandalosa: dar mais dinheiro aos patrões para que estes contratem trabalhadores sem termo.

É o Partido Socialista a mostrar a sua verdadeira face: dar mais dinheiro sempre aos mesmos, numa época em que as empresas estão mais fortes e com maiores lucros.

Apenas o Bloco de Esquerda representa neste parlamento uma verdadeira política alternativa à do Partido Socialista.

A Direita nos Açores, em particular o PSD, não é mais do que um agente lobista dos poderosos para acelerar e aprofundar a política do PS: entregar ainda mais recursos públicos a que mais tem.

E se dúvidas houvesse, exemplos disso não faltam.

Ainda há dois dias PS e PSD dos Açores, juntamente com PS e PSD na República uniram-se para chumbar a proposta do Bloco de Esquerda, no orçamento de estado, para que os açorianos e açorianas na suas viagens para o exterior pagassem no máximo os 134 euros de passagem aérea e para que se evitasse o processo burocrático do reembolso nos CTT.

A marca de água ficou à vista: PS e PSD preferiram a defesa das companhias aéreas à defesa dos açorianos e açorianas e da sua mobilidade.

PS e PSD estão ainda de acordo em privatizar e concessionar setores públicos estratégicos, essenciais para os Açores, divergindo apenas, aqui e ali em meros pormenores para dar a ideia de que há diferenças entre eles.

O Bloco de Esquerda tem uma política alternativa, ao serviço de quem trabalha.



I Grupo Parlamentar I



Por isso votaremos contra este plano e orçamento.